

DESAFIOS PARA A PERMANÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR NA AMAZÔNIA E OS SIGNIFICADOS DE TRAJETÓRIAS ESTUDANTIS

Gisele Cristina Resende³⁶

Isabel Cristina Fernandes Ferreira³⁷

Iolete Ribeiro da Silva³⁸

Silviane Barbato³⁹

Resumo

Este trabalho objetivou identificar os desafios enfrentados por estudantes Amazônidas para a permanência na universidade. A pesquisa foi realizada via formulário *online*. Participaram do levantamento 60 estudantes de diferentes cursos de graduação da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). A análise ocorreu por meio de estatística de tendência central para os dados

³⁶ - Doutora em Psicologia pela Universidade de São Paulo (USP). Docente no Programa de Pós-Graduação em Psicologia – Universidade Federal do Amazonas (UFAM) – Pós-Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento Humano e Escolar da Universidade de Brasília (UnB). Bolsista CAPES-PROCAD Amazônia: Os Significados das Trajetórias de Escolarização de Jovens Estudantes Amazônidas.

³⁷ Doutora em Educação pela Universidade pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Pós-doutorado no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Bolsista CAPES-PROCAD Amazônia: Os Significados das Trajetórias de Escolarização de Jovens Estudantes Amazônidas.

³⁸ Doutora em Psicologia pela Universidade de Brasília (UnB). Docente no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Coordenadora do Projeto CAPES-PROCAD Amazônia: Os Significados das Trajetórias de Escolarização de Jovens Estudantes Amazônidas. Bolsista Produtividade CNPq.

³⁹ Doutora em Psicologia pela Universidade de Brasília (UnB). Docente no Programa de Pós-Graduação em Psicologia em Psicologia do Desenvolvimento e Escolar da Universidade de Brasília (UnB). Pesquisadora no Projeto CAPES-PROCAD Amazônia: Os Significados das Trajetórias de Escolarização de Jovens Estudantes Amazônidas.

Endereço para correspondência: Universidade Federal do Amazonas – Av. Rodrigo Otávio, 6200 – Campus Universitário – Faculdade de Psicologia (FAPSI). Av. Anderson de Menezes - Setor Sul – Bairro: Coroado, Manaus – AM. CEP 69080-900.

E-mail: giseleresende@ufam.edu.br

descritivos e as respostas advindas de questões abertas sobre a permanência na universidade foram categorizadas. Os resultados demonstraram desafios a serem superados como a renda, o transporte, a moradia e a falta de apoio de professores(as) e da instituição no cotidiano universitário. Conclui-se que é necessário o fortalecimento de políticas e programas de permanência na universidade de modo a contribuir para a formação democrática com qualidade humana, técnica e ética.

Palavras-Chave: Permanência na Universidade; Ensino Superior; Políticas Educacionais; Amazônia.

Introdução

O ensino superior no Brasil foi constituído por um processo de construção histórica que surgiu no século XVI (Almeida-Filho, 2016), desenvolveu-se a partir da finalidade de uma educação para jovens das camadas sociais privilegiadas (elites) que não poderiam se deslocar para estudar na Europa. Durante o século XX, voltou-se para as necessidades das classes sociais dominantes no Brasil. Já, a partir do início do século XXI, a política de ensino superior precisou incorporar outras demandas como o acesso de grupos historicamente excluídos: negros(as), indígenas (povos das primeiras nações) e as pessoas com deficiências, modificando o cenário da universidade por meio de políticas educacionais (Oliveira, 2019; Luz, 2013) e trazendo desafios à permanência.

A democratização do ensino superior no Brasil, tem como marco a Constituição de 1988, na qual a educação se configura como um direito do cidadão brasileiro e dever do estado e da sociedade, com o objetivo do pleno desenvolvimento, exercício da cidadania e qualificação para o trabalho (Brasil, 1988, Art. 205). Entretanto, conforme historiciza Oliveira (2019), somente nos governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), iniciou-se a implantação de políticas estatais para ampliação das condições de acesso às Instituições de Ensino Superior, por meio de forte mercantilização do ensino superior com financiamentos estatais para o ingresso de estudantes em instituições privadas e que, após a conclusão de sua formação, pudessem pagar o financiamento (De Mello & Alves, 2020). Em seguida, no governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), foram implementadas políticas para ampliar o acesso e a permanência no ensino superior, por meio da expansão de universidades públicas, e de programas sociais para garantir o ensino público de qualidade (Programa Universidade para Todos, Sistema Universidade Aberta do Brasil, Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, Sistema de Seleção Unificada, Programa Nacional de Assistência Estudantil e a Lei de Cotas).

A democratização do ensino superior por meio das políticas públicas educacionais promoveu a ampliação do acesso, com a interiorização das universidades e campi de universidades federais, além de melhorias no sistema como um todo - uma conquista das pessoas de camadas sociais menos favorecidas economicamente após lutas sociais. No entanto, com a ampliação do acesso ao sistema público de educação superior, surge a demanda de condições para a permanência na universidade. Assim, a permanência, torna-se, igualmente, um elemento fundamental para que o ensino superior possa motivar e potencializar a aprendizagem e o desenvolvimento humano a partir de uma perspectiva crítico-reflexiva, contextualizada e inclusiva, necessária à formação de pessoas que possam efetivamente contribuir para o desenvolvimento da nação (Pereira, 2020), superação das desigualdades socioeconômicas e promoção da equidade.

A região norte do Brasil, com suas especificidades, ocupa 3.853.575,6 km² e é formada por sete estados: Acre, Amazonas, Rondônia e Roraima - integrantes da Amazônia Ocidental e Amapá, Pará e Tocantins que compõem parte da Amazônia Oriental (IBGE, 2021). Com a predominância do clima equatorial, possui aspectos geográficos diversificados como planícies, planaltos e depressões. Sua economia é baseada no extrativismo mineral e vegetal, agropecuária e na indústria. É composta por diversos grupos étnicos e comunidades tradicionais, como os povos originários das primeiras nações (ou indígenas, termo utilizado popularmente e em formulários oficiais do governo brasileiro), as populações ribeirinhas, pescadores, extrativistas, quilombolas, migrantes, dentre outras, historicamente constituídos (Lira & Chaves, 2016). A floresta amazônica com seu clima, relevo e hidrografia encanta e influencia a formação da população que nela habita. Célebre pela sua biodiversidade, riqueza natural e cultural, também apresenta desafios para a formação e desenvolvimento humano em seu território imenso cujos rios são, muitas vezes, as únicas vias de acesso e comunicação entre as várias comunidades e dessas às escolas e aos campi universitários.

Nessa região, as universidades federais foram instaladas no século XX: a Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA) em 1945 e a Universidade Federal do Pará (UFPA) em 1957, após o processo de colonização nos estados do Pará; e, no estado do Amazonas a Universidade Federal do Amazonas (UFAM), em 1962 (apesar de ter sido fundada em 1909 com o nome de Escola Universitária Livre de Manáos). Os demais estados da região norte tiveram suas universidades instaladas a partir de 1970 e esse processo tardio de instalação das universidades na região apresenta como consequência a falta de formação de recursos humanos locais voltados para a realidade da Amazônia (Calegare & Tamboril, 2017).

A universidade, no espaço territorial caracterizado pela Amazônia, precisa voltar seu olhar para as condições sociais, geográficas, econômicas e humanas com suas especificidades como, por exemplo, os ciclos de água (enchente-vazante-enchente) que organizam a vida econômica (plantio, colheita) e, também, estruturam/deveriam estruturar o calendário da educação (Pereira, 2020). Desse modo, da universidade espera-se o retorno do conhecimento técnico-científico produzido para atender, de modo sustentável, as necessidades e aspirações das populações locais por meio de pesquisas e tecnologias sem que haja a destruição do patrimônio natural e cultural regional.

Corroborando com essa ideia, Resende (2020) defende que, na Amazônia, a psicologia e demais áreas do conhecimento sejam construídas a partir do reconhecimento do contexto sociocultural, sua riqueza e diversidade, e de profissionais que apresentem o comprometimento com as especificidades do meio ambiente e seu ecossistema, compreendendo a relação entre natureza, cultura e espaços-tempos das florestas, das águas, dos campos e urbanos, onde diferentes pessoas e com variadas formações humanas se encontrem e convivam (populações ribeirinhas, indígenas, quilombolas, camponesas e migrantes de outras regiões) de modo rico, diverso, inclusivo e dinâmico.

Nessa perspectiva, para que a universidade concretize seu papel social e atenda às especificidades regionais, os desafios à permanência dos(as) estudantes Amazônidas (que nasceram ou vivem no Amazonas) precisam ser reconhecidos e contemplados tanto na estrutura financeiro-administrativa quanto na acadêmica, abrangendo unidade forma-conteúdos-sujeitos.

Na UFAM há o Departamento de Políticas Afirmativas (DPA) com a missão de executar as Políticas Afirmativas com estratégias que possam permitir o acesso de todo(as) que se enquadrem nas cotas (indígenas, negros, pardos, ribeirinhos) e populações de baixa renda e, também, promover o acompanhamento delas após o ingresso, de modo a favorecer a permanência e a qualidade dos percursos formativos. Há ainda, o Departamento de Assistência Estudantil que possui o objetivo de reduzir índices de retenção e evasão de estudantes por meio de Programas, sendo auxílio acadêmico, auxílio moradia, auxílio material didático, auxílio internet, e outros a depender do recurso federal (UFAM, 2022).

Em estudo sobre a UFAM (Jesus, 2020), constatou-se que, em seu campus principal, localizado em Manaus, após a implementação da política de cotas, houve um aumento da população parda, entretanto a população branca ainda foi a maioria até o ano de 2014 e a população indígena continuou sendo a minoria representada em apenas 0,2% das matrículas no ano de 2014. Após a análise de dados de matrícula, nos anos de 2013 e 2014, dos cursos mais

concorridos da UFAM (medicina, direito, psicologia, administração), a autora observou que apenas 51,1% dos(as) estudantes matriculados(as) concluíram os cursos. Os dados apontaram para a necessidade de políticas que assegurem que os(as) estudantes possam concluir sua graduação. No entanto, em sua pesquisa, não houve detalhamento dos motivos para a evasão, pois analisou apenas os dados de matrícula e conclusão até o ano de 2014, sem a escuta de estudantes, docentes e de outros sujeitos que participam da concretização da universidade, o que requer outros estudos com esse enfoque de modo mais aprofundado.

Nessa perspectiva, para além da continuidade de busca da equidade de acesso entre estudantes oriundos de classes socioeconômicas menos favorecidas e de diversos grupos étnico-raciais e localidades (campos, florestas, rios e ambiente urbano) que representam o *Ser Amazônida*, a democratização do ensino superior exige que esses possam permanecer na universidade com qualidade formal, técnica e ética, reforçando a necessidade de políticas de apoio para a permanência que deem conta da sua complexidade.

Apesar das iniciativas institucionais, os programas da UFAM ainda não atendem a comunidade acadêmica de modo satisfatório, Calegare, Menezes e Fernandes (2017), constataram que a universidade não dispunha de informações claras e mais atualizadas a respeito dos(as) estudantes cotistas. Para que a universidade garanta o acesso, a permanência, a qualidade na aprendizagem orientada também ao desenvolvimento econômico, Resende, Silva e Calegare (2019) defendem a expansão da universidade com ampliação das pesquisas na Amazônia, por meio de Programas de Pós-Graduação integrados à realidade regional, para que haja a formação humanizadora e emancipatória dos(as) jovens estudantes Amazônidas, aliada ao desenvolvimento regional sustentável, com a valorização das demandas, dos fazeres e saberes das comunidades indígenas e tradicionais.

Dessa maneira, entender as trajetórias acadêmicas dos(as) estudantes, a partir de pesquisas que têm como ponto de partida e de chegada os processos educativos voltados ao desenvolvimento humano, em contextos socioculturais específicos da região amazônica brasileira, pode auxiliar na elaboração de indicadores para subsidiar a produção de contextos interacionais dialógicos orientados por políticas e os programas educacionais das universidades que fortaleçam o acolhimento, acompanhamento e superação dos desafios enfrentados durante a permanência dos(as) estudantes nas universidades, contribuindo, também, à formação com sucesso de profissionais orgânicos à região e, conseqüentemente, ao desenvolvimento amazônico.

Desafios nas Trajetórias de Escolarização de Estudantes na Universidade

Os sentidos atribuídos pelos(as) estudantes às suas vivências nas trajetórias de escolarização e que apresentam os desafios que marcam seus processos formativos – resultam de um processo dinâmico e complexo, com zonas de estabilidades variadas que representam o conjunto dos fatos psicológicos que a palavra desperta na consciência tanto no plano social quanto no individual (Vygotski, 2001). A partir do ingresso na graduação, os(as) estudantes experienciam, por exemplo, inúmeras exigências que se tornarão presentes durante a permanência: a necessidade de novos hábitos, rotinas; mudanças no estilo de vida; novas aprendizagens; desenvolvimento de habilidades, conhecimentos e atitudes necessárias às competências profissionais; além daqueles referentes aos aspectos financeiros e de relacionamentos interpessoais (Soares, Monteiro, Maia, & Santos, 2019; Matta, Lebrão, & Heleno, 2017).

A realidade histórico-social e as mediações políticas, econômicas e culturais interferem na construção da subjetividade humana. Dessa maneira, também o grupo de pertencimento étnico-racial, religioso, de gênero e etário, dentre outros, a sua maneira de ver o mundo, a si mesmos e ao outro (Pulino, 2016) influenciam as condições de socialização, aprendizagem e desenvolvimento coletivo, pessoal, acadêmico e profissional. A universidade pode se tornar um ambiente desafiador no qual os(as) estudantes terão a oportunidade de experienciar novas interações, relações, condições infraestruturais e propostas didático-pedagógicas permeadas por diversos valores, sentidos e concepções. Em vista disso, podem experimentar tensões, apoios, cobranças, fracassos, afetos, limitações, sucessos e conflitos que marcarão de modo positivo, negativo ou com ambivalência suas trajetórias de escolarização. Silva, Barbato, Urnau, Zibetti e Pedroza (2018) argumentam que o ingresso no ensino superior é um momento de transição provocador de várias oportunidades para mudanças de/nas trajetórias de sujeitos históricos, únicos e pertencentes a um conjunto social com práticas culturais específicas. Nos campi na Amazônia, as descontinuidades e rupturas, que marcam as transições seja dos jovens à vida adulta seja do trabalho nas comunidades de origem ao trabalho profissional, produzem possibilidades de negociações de sentidos e significados em reflexões-atuações entre os diferentes grupos étnicos, gerando a formação de novas comunidades em territórios que expandem/restringem os sentidos de pertencimento.

As produções de significação são, portanto, dinâmicas, isto é, ocorrem nos processos relacionais e dialógicos nos diferentes contextos nos quais os(as) estudantes vivem e produzem a si mesmos(as) e ao meio (Santana e Oliveira, 2016). Nesse sentido, atividades em que os(as)

estudantes expõem seus pontos de vista possibilitam avanços, também, na compreensão da produção e negociação dos espaços comuns, considerando-se as práticas interhistóricas, de comunicação e trocas entre diferentes povos (Segato, 2012), dessa região, e o que indicam como caminhos inclusivos de promoção da permanência nos estudos universitários.

A universidade, como espaço-tempo educativo, torna-se importante para a construção das subjetividades e das práticas sociais. Espaço-tempo que, além de integrativo das condições estruturais de dominação e de desigualdade da sociedade, pode constituir-se também como de superação dessas desigualdades históricas e de promoção de direitos fundamentais firmados na/à possibilidade de coexistência de pluralidades e diversidades (Mészáros, 2008).

Destarte, as condições objetivas de vida e educação de cada estudante, nas quais se insere o ensino superior, promovem, limitam ou negam possibilidades formativas emancipatórias como a tomada de consciência em relação a si mesmo(a), a suas vivências e ao meio “[...] realizada por um complexo mecanismo psicológico [...]” onde se estabelece uma “[...] relação de *compreensão* ou *conhecimento*, ativa com o meio social [...]” (Toassa, 2006, p. 73, grifos do autora), base da concretização de práticas transformadoras e revolucionárias (Sánchez Vásques, 2011).

Nessa perspectiva, estudos que buscam conhecer os sentidos atribuídos pelos(as) estudantes Amazônidas aos desafios enfrentados nas suas trajetórias de escolarização a partir das suas narrativas, assumem importante papel em propostas investigativas que concebem os(as) estudantes como sujeitos históricos, em que cognição, afeto, visão de si mesmos e do outro se movimentam e se interpenetram (Vygotski, 2012), construindo possibilidades para o vir-a-ser. Em vista disso, realizou-se esta pesquisa com o objetivo de identificar os desafios enfrentados por estudantes Amazônidas para a permanência na Universidade Federal do Amazonas (UFAM).

Método

Esta pesquisa integra o projeto “Significados das trajetórias de escolarização de jovens estudantes Amazônidas”, apoiado pelo Programa Nacional de Cooperação Acadêmica na Amazônia – PROCAD/Amazônia da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES/Brasil.

O delineamento metodológico adotado foi transversal, misto (quantitativo – qualitativo) para favorecer a descrição dos resultados encontrados, possibilitando o entendimento de alguns desafios enfrentados por estudantes Amazônidas para a permanência na Universidade Federal do Amazonas.

Participantes

Para a participação foi necessário ser estudante matriculado na universidade, independente do curso, aceitar voluntariamente colaborar com a pesquisa por meio da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e ter idade superior a 18 anos. Não houve um cálculo amostral para a pesquisa, pois o pressuposto era de uma amostra de conveniência, de livre participação e de acordo com a adesão à pesquisa.

Participaram da pesquisa 60 estudantes matriculados em diferentes cursos de graduação da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), com idade média de 22 anos, matriculados em cursos do Campus Sede (na capital do Estado, cidade de Manaus) das áreas de Ciências Humanas, Ciências Exatas e Tecnológicas, Ciências Biológicas e da Saúde, de períodos iniciais (do primeiro ao terceiro período) e finais de curso (oitavo, nono e décimo período) e de diferentes turnos de estudo (matutino, vespertino e noturno).

Sobre a classificação social e demográfica, 80% deles eram nascidos no Estado do Amazonas, sendo que destes, 20% pertenciam a comunidades tradicionais: caboclos (termo utilizado na Amazônia brasileira para demonstrar uma categoria de classificação social, isto é, pequenos produtores rurais), ribeirinhos (que moram às margens dos rios), quilombolas (povos remanescentes de quilombos, ou seja, comunidades formadas por escravos que se organizaram para lutar contra a escravidão que ocorreu no Brasil) e indígenas (povos originários da Amazônia de diversas etnias). Os demais estudantes não fizeram menção ao pertencimento a uma comunidade tradicional da Amazônia, contudo destacaram serem nascidos na capital do estado. Tais resultados demonstram a diversidade da população amazônica: povos indígenas, as populações ribeirinhas, pescadores, extrativistas, quilombolas, migrantes, dentre outras, como ressaltado por Lira e Chaves (2016).

Os(as) participantes compuseram uma amostra heterogênea que favoreceu as análises dos(as) perfis dos(as) estudantes. Entretanto, percebeu-se que, durante a pandemia Covid-19, a adesão de estudantes à pesquisa foi baixa. A hipótese é a de que esse acontecimento de emergência em saúde alterou as rotinas dos(as) estudantes e impediu a participação em outras atividades online, além da dificuldade de acesso à internet e aos equipamentos (smartphones, notebooks e computadores) e da existência de novas/outras demandas de estudos na universidade, em decorrência das alterações provocadas pelo distanciamento social.

Instrumento para a pesquisa

As autoras/pesquisadoras, integrantes do Projeto PROCAD/CAPES – Amazônia, elaboraram um questionário composto por perguntas de múltiplas alternativas de respostas, iniciando pelos dados de identificação (idade, gênero, curso e turno que frequenta na universidade, autodeclaração de raça e etnia, renda), seguidos por forma de acesso à universidade, programas de assistência estudantil que usufrui ou já usufruiu, eventos que afetaram a trajetória de escolarização, principal meio de transporte para acesso à universidade, estruturas da universidade frequentadas, tipo de apoio recebido para permanecer na universidade (financeiro, afetivo ou outros) e, ao final, questão aberta na qual havia a possibilidade de escrever sobre os desafios enfrentados na universidade para a permanência e conclusão do curso de graduação. A questão aberta final, com espaço para autorrelato, referendou aspectos pontuados no perfil e possibilitou que expressassem desafios enfrentados na universidade.

Esse questionário foi transformado em um Formulário Eletrônico na Plataforma Google para preenchimento remoto, requeria-se para tanto acesso à internet, smartphone ou computador, além da disponibilidade de aproximadamente 25 minutos para preenchimento.

Procedimentos para a coleta de dados

O questionário foi colocado em um formulário eletrônico com o recurso do Google Formulários® e divulgado nas redes sociais e entre grupos de mensagem organizados por estudantes universitários(as), sendo preenchido de modo remoto e com o recurso da internet, nos meses de outubro de 2019 a janeiro de 2022, pois optou-se em deixar o formulário disponível para os(as) estudantes preencherem durante a Pandemia, de acordo com a disponibilidade de cada um(a).

Procedimentos para análise de dados

A fim de alcançar o objetivo proposto, foram utilizados recursos computacionais, como os programas *Microsoft Excel* e *Statistical Package for the Social Sciences (SPSS) V.21.0*. Uma planilha do programa *Microsoft Excel* foi extraída do Google Formulário com as respostas dos(as) estudantes, passando por conferência para verificar se estava preenchida de modo adequado e, para garantir o sigilo, os(as) estudantes participantes foram denominados por numerais, de acordo com a ordem de preenchimento no formulário.

Para o procedimento de análise descritiva dos dados, a planilha foi transportada para o SPSS, avaliando-se medidas de tendência central (média, desvio padrão, frequência e percentual de respostas) para caracterização dos perfis dos(as) estudantes.

No segundo momento de análise, houve a elaboração de categorias temáticas nas questões abertas, efetivando uma análise construtiva e interpretativa entre os dados e os pressupostos teórico-metodológicos adotados. O referencial da Análise de Conteúdo de Bardin (2011) foi adotado como referência, seguindo três fases: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados para a inferência e a interpretação.

Cuidados éticos

A pesquisa, aprovada pelo comitê de Ética em Pesquisa da UFAM (CAEE) 15366619.1.1001.5020, foi desenvolvida na Universidade Federal do Amazonas (UFAM), com base nas Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisa Envolvendo Seres Humanos, do Conselho Nacional de Saúde, Resolução 466/12 (Brasil, 2012). Atendeu as exigências éticas e científicas fundamentais: Comitê de Ética e Pesquisa, Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), confidencialidade e a privacidade dos dados.

Resultados e Discussão

Os resultados serão apresentados em duas partes. A primeira contempla os resultados quantitativos relativos ao perfil dos(as) estudantes. A segunda abrange os resultados qualitativos apresentados para buscar entender alguns desafios enfrentados por estudantes Amazônidas para a permanência na universidade a partir dos sentidos atribuídos à trajetória na universidade.

Perfil dos(as) Estudantes Universitários do Amazonas

Os 60 estudantes participantes apresentaram idade média de 22 anos, eram oriundos de diferentes áreas do conhecimento, a saber, Ciências Humanas, Ciências Exatas e Tecnológicas, Ciências Biológicas e da Saúde e de cursos como Psicologia, Serviço Social, História, Letras, Ciências Contábeis, Direito, Medicina e Engenharia Química, abrangendo diferentes períodos e turnos (matutino, vespertino e noturno). A tabela 1 demonstra o perfil dos(as) estudantes.

Tabela 1
Perfil dos(as) estudantes

Perfil dos(as) Estudantes		
Raça/etnia	Frequência	Percentual
Pretos/ Pardos	37	63,0
Branco	18	28,3
Amarelos/orientais	4	5
Indígenas	1	1,7
Identidade de gênero	Frequência	Percentual
Cisgênero	57	95
Transgênero	2	3,3
Não soube referir	1	1,7
Orientação sexual	Frequência	Percentual
Heterossexual	34	56,7
Homossexual	21	13,3
Bissexual	43	26,7
Pansexual	2	3,3
Renda familiar	Frequência	Percentual
6 salários-mínimos ou mais	13	21,6
5 salários-mínimos	7	11,7
4 salários-mínimos	7	11,7
3 salários-mínimos	9	15,0
2 salários-mínimos	13	21,7
Até 1 salário-mínimo	11	18,3
Atividade remunerada concomitante ao estudo	Frequência	Percentual
Trabalham	30	50
Não trabalham	30	50
Auxílios para permanência	Frequência	Percentual
Recebem	22	36,7
Não recebem	38	63,3

Fonte: elaboração das autoras (2022)

A raça/etnia declarada com maior representação foi a de pretos(as) e pardos(as) entre os participantes da pesquisa. Esse resultado demonstra que o acesso à universidade para pessoas pretas e pardas foi ampliado após a política de cotas raciais, medida importante para dar conta das especificidades, enfrentar as desigualdades socioeconômicas e promover o bem-estar social. É uma política que resulta de lutas de movimentos sociais por igualdade e equidade, de fundamental importância para a construção de uma sociedade democrática (Jesus, 2020). Notou-se que o grupo de indígenas continua sendo a minoria na universidade e que o olhar sobre a realidade indígena no Amazonas é urgente.

A pesquisa nacional da Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES, 2019) indicou que, a partir dos estudos iniciados no ano de 2003, o crescimento da participação de autodeclarados pardos e pretos e uma diminuição de brancos, que eram 59,4% dos(as) estudantes e passaram a ser 43,3% em 2018, realidade semelhante foi constatada no Estado do Amazonas. Em relação aos estudantes cotistas, o percentual subiu de

3,1%, em 2005, para 48,3%, em 2018, o que demonstra a importância da Política de Cotas. Para além da equidade de acesso entre estudantes oriundos de classes socioeconômicas menos favorecidas e de diversos grupos étnico-raciais, a democratização do ensino superior exige que esses grupos possam permanecer na universidade, necessitando de políticas de apoio para a permanência (Jesus, 2020; Kabengele & Silva, 2020).

Em relação a identidade de gênero, 95% dos(as) participantes se identificaram como cisgênero (identificação com o sexo biológico com o qual nasceu), 3,3% como transgênero (não se identificação com o seu corpo e sexo de nascimento) e 1,7% dos(as) estudantes absteve-se de referir a identificação de gênero. A orientação sexual (atração ou ligação afetiva que se sente por outra pessoa), afirmada em sua maioria foi a heterossexual, com 56,7%. Embora as pessoas que se declarem homoafetivos tenham sido em menor percentual, sabe-se que a possibilidade de declarar sua homossexualidade é recente no ambiente social e na universidade. O Brasil possui ainda padrões de cisheteronormatividade (i.e. com base na heteronormatividade, isto é, na relação binária de homem e mulher) e, com base nesse padrão para a orientação de valores sociais, emocionais, sexuais e estéticos, as pessoas que não se adequam podem ser julgadas como inferiores e sofrer preconceitos (Coelho & Sampaio, 2014). A Organização Mundial de Saúde, desde a década de 1990, defende os direitos sexuais (Corrêa, 1997), desse modo, a vivência da sexualidade em suas diversas expressões ainda pode enfrentar obstáculo à permanência na universidade.

A renda familiar também foi uma das questões que demonstrou variabilidade com estudantes com renda acima de seis salários-mínimos (23,3%) e com condições apropriadas para a manutenção da vida e dos estudos em oposição a estudantes e contextos familiares com renda insuficiente (entre 2 salários-mínimos e abaixo de um salário-mínimo, representado por 40% de estudantes). Destaca-se que 40% dos(as) estudantes vivendo em famílias com renda de até dois salários-mínimos é um alto índice que demonstra a possibilidade de haver dificuldades que impactam nas trajetórias de escolarização. Na região norte, o índice de pessoas vivendo com menor renda é maior ao ser comparado com outros estados do Brasil. A pesquisa da ANDIFES (2019) concluiu que grande parte dos(as) estudantes brasileiros(as) estão na faixa de renda familiar (23%) entre 1 e 2 salários-mínimos, quantitativo que se amplia na região norte, com 31,7% dos(as) estudantes, demonstrando a carência econômica dos(as) estudantes da região. Destaca, ainda, que em 1996, na sua primeira edição, os(as) estudantes com renda familiar de até um e meio salários-mínimos eram 44,3%, número relativamente próximo aos dos percentuais encontrados nas pesquisas de 2003 e 2010. Contudo, a partir de 2014, os(as) estudantes nessa faixa de renda passam a ser 66,2% do total de estudantes da graduação, atingindo 70,2% em 2018.

Nesse cenário, para se manter no ensino superior, 36,7% dos(as) estudantes participantes recebem auxílio da universidade, sendo, Auxílio Moradia, Auxílio Emergencial, Auxílio Inclusão Digital e Bolsa Trabalho. Aqueles que não recebem auxílios não especificaram os motivos. Além disso, 13,3% dos(as) estudantes recebem benefícios advindos de programas sociais de renda do governo federal, indicando o Bolsa Família como a principal política de assistência social (55,6%).

As políticas de assistência estudantil adotadas pelas universidades federais objetivam minimizar desigualdades por meio do acesso ao direito à educação superior pública, gratuita e de qualidade. Nesse sentido, os resultados apontam vulnerabilidades persistentes a serem consideradas na construção de respostas e soluções efetivas na universidade e para além dos seus muros. Ressaltando-se que as pesquisas sucessivas da ANDIFES (2019) demonstram que o perfil dos(as) estudantes de graduação das universidades federais brasileiras está, a cada nova edição, mais perto do perfil sociodemográfico do Brasil, pois apresentam a desigualdade de renda e a diversidade cultural, racial e de sexo da população brasileira.

Observou-se que as dinâmicas demográficas, sociais, culturais e econômicas estão atreladas à vulnerabilidade e às possibilidades ou não de acesso e permanência e devem continuar sendo foco de consideração nos processos de gestão das universidades. Os dados analisados do questionário sinalizam o perfil dos(as) estudantes Amazônidas, entretanto, os(as) respondentes da pesquisa, realizada por meio eletrônico, têm ou tiveram acesso a computadores/smartphones e à internet, inclusive durante a pandemia, e que estudantes mais vulneráveis, com menor renda e de classe socioeconômica mais baixa, não conseguiram participar de modo significativo na pesquisa, conforme planejado.

Desafios Enfrentados pelos(as) Estudantes em suas Trajetórias de Escolarização

As trajetórias de escolarização dos(as) jovens estudantes Amazônidas advêm das vivências na universidade, onde os discursos, saberes e fazeres são construídos nas interações dialógicas que oportunizam condições de socialização específicas para a aprendizagem e o desenvolvimento. Portanto, faz-se necessário compreender as possíveis discontinuidades e rupturas que marcam as trajetórias, explicitadas nos desafios que lhe são constituintes.

No instrumento utilizado na pesquisa, os relatos escritos foram apreendidos e categorizados em duas categorias centrais, sendo, (i) *desafios estruturais*, e (ii) *apoio recebido na universidade e para estar no ensino superior*.

Na Categoria 1 - *Desafios estruturais*, os relatos referem-se aos desafios apontados para cursar a universidade, relativos à aspectos económicos, infraestrutura e logística.

Em relação à estrutura económica, a baixa renda foi o elemento mais citado. O desemprego na família e pessoal aparece com um elemento que influencia diretamente a participação e os resultados das atividades académicas, pois a manutenção da vida e a subsistência são diretamente afetadas e frequentar a universidade supõe diversos custos como transporte, alimentação e compra de materiais para estudo. Para ilustrar,

Sem emprego fica difícil conseguir frequentar assiduamente (Estudante 13, do curso de Educação Física).

Dado o cenário alarmante de desigualdade social, precarização do trabalho e de suas relações, muitos são os desafios para se manter e reproduzir em sociedade, uma vez que é através do trabalho, mais especificamente da categoria 'salário' que obtemos as condições, nessa sociedade capitalista, materiais para reprodução da vida social (Estudante 3, do curso de Serviço Social).

As contradições da lógica capitalista na sociedade aparecem também como constituintes dos processos educativos e se expressam na luta dos(as) estudantes oriundos de classes económicas de baixo poder aquisitivo para ter acesso, permanecer na universidade e concluir seus estudos, em virtude dos poucos recursos e da necessidade de ingresso no mercado de trabalho que acaba por dificultar e até impossibilitar a continuidade dos estudos. Em virtude da vulnerabilidade provocada pelas condições económicas, as políticas de assistência estudantil podem favorecer a participação e a qualidade da formação na medida em que suprem necessidades básicas. Entretanto, as respostas dos(as) estudantes também revelam e denunciam as limitações das políticas e programas que deveriam garantir a permanência e a democratização do ensino superior. A participação da estudante demonstra essa limitação.

Quanto à insuficiência e contradições por parte dos programas de assistência estudantil (Estudante 3, do curso de Serviço Social).

Paralelamente às limitações das políticas de assistência estudantil e seus programas, observa-se a relevância dos mesmos para a permanência na universidade para os(as) que se beneficiam. Observa-se que o ensino superior, num processo dialético, não exclui as relações de dominação ainda presentes na sociedade (Duarte, 2007; Duarte, 2013), todavia pode, por um conjunto de ações investigativas, pedagógicas e administrativas, organizadas intencionalmente para abarcar a sua própria complexidade e a da sociedade, buscar compreender além daquilo que se apresenta de modo imediato sobre as necessidades dos(as) estudantes para sua permanência, e colaborar para a superação de processos excludentes.

Considerando que a maior parte dos povos Amazônidas pertencem a culturas coletivas, um outro obstáculo informado pela estudante 32, para sua permanência na Universidade, é a distância entre local de estudo e a família nuclear ou comunidade de origem, pois teve que migrar para frequentar a universidade. O relato da estudante ilustra as profundas dificuldades financeiras (renda e moradia) e a importância da assistência estudantil com o provimento de recursos dignos para moradia, alimentação, transporte e recursos financeiros para outros gastos.

A maior dificuldade na minha trajetória para além da ausência física familiar, e a desproteção em estar na cidade grande, foi a dificuldade financeira que impossibilitou diversos acessos, principalmente, a moradia. Então, eu sofri bastante em relação a isso, perambulando em diversos lugares (parentes, colegas) até ter conseguido bolsa-trabalho, auxílios etc. e assim alugar algo pra morar sozinha (Estudante 32, do curso de Psicologia).

Essa narrativa corrobora com o que apontou o estudo de Soares, Monteiro, Maia e Santos (2019) apontou sobre as responsabilidades assumidas pelos(as) estudantes ao ingressar no ensino superior, como gerenciar o orçamento e o tempo de estudo para as diferentes disciplinas e tarefas acadêmicas. O meio de transporte para acessar a universidade, também foi apontado como um desafio em relação ao tempo gasto no trajeto e o quanto isso impacta o rendimento nos estudos também em virtude do cansaço que provoca. Na amostra estudada, 50% dos(as) estudantes se locomove por meio de ônibus. Ilustra-se com a narrativa escrita.

Depender do ônibus é muito desestimulante pois eu saio muitas vezes da aula disposta a chegar em casa e estudar mas o trajeto/espera da faculdade para casa dura 2 horas ou mais e muitas vezes em pé durante todo o percurso. Levando em consideração que eu acordo 4h30 para trabalhar eu já estou consideravelmente cansada quando chego às 20h e só tenho forças para comer e ir dormir (Estudante 02, do curso de Língua Portuguesa e Literatura).

O deslocamento para a universidade foi algo apontado pelos(as) estudantes como uma das dificuldades enfrentadas, pois muitos utilizam o transporte coletivo que, na cidade de Manaus/AM, não apresenta qualidade, com insuficiência de rotas diretas para as longas distâncias, entre pontos de origens e de chegada, não apresentando alternativas às múltiplas mudanças de veículos, demandando muito tempo no trajeto casa-campus. A mobilidade urbana por meio de transporte coletivo é precária e deficiente (Neves, Jesus & Silva, 2019) demonstrando a necessidade de políticas públicas para modificar e melhorar a mobilidade e a logística de transporte para todos os usuários do campus universitário, que apresenta um grande fluxo e deslocamento de pessoas de toda parte da cidade e da área metropolitana.

Esses relatos apontam que a permanência na universidade depende de condições afetivas, estruturais e econômicas. Mesmo que o sistema público brasileiro seja completamente gratuito, torna-se necessário que, além de assegurar a chegada dos(as) estudantes aos campi para efetivação da matrícula de acesso aos cursos, haja condições para a superação de outros desafios inerentes à complexidade da realidade amazônica como totalidade concreta, compreendida, “[...] como um todo estruturado em curso de desenvolvimento e de autocriação” (Kosik, 2002, p. 43). Um dos diversos aspectos provocados pelas distâncias entre comunidades e campi, característica da região amazônica é a migração que traz desafios relacionados à renda, segurança, moradia, alimentação, transporte, apoio de familiares, pares, professores e instituição que influenciam a permanência dos(as) estudantes.

Assim, ao se conceber a realidade vivida pelos(as) estudantes nos cursos investigados, como resultante da produção social dos indivíduos e a cada estudante como sujeito histórico e social repleto de possibilidades, pois se autoproduz pelo trabalho (Marx, 1996), somos todos(as) desafiados(as) (pesquisadoras, estudantes e profissionais da educação) a compreender e a encontrar alternativas de superação emancipatórias das situações apontadas, descortinando caminhos possíveis para formação de profissionais orgânicos à região.

Na Categoria 2 - *apoio recebido na universidade e para estar no ensino superior*, categoria que demonstra elementos e pessoas que atuaram como apoio para a permanência no ensino superior, observa-se que os(as) estudantes precisam estabelecer novas relações e espaços comuns com pares e professores(as) ao ingressar na universidade e esses relacionamentos podem favorecer ou dificultar o percurso acadêmico. Relatos evidenciam essa experiência:

Pra mim o que mais me ajudou na trajetória foi estabelecer vínculo com pessoas (amigos, professores), o afeto, o sentimento de pertencimento, como se a faculdade fosse estar em família também, pois isso fez diferença pra superar as outras dificuldades que surgiram no caminho (Estudante 32, do curso de Psicologia).

Apenas parte da minha família, mas precisamente minha mãe. O apoio é afetivo e financeiro (Estudante 52, do curso de Comunicação Social - Jornalismo).

Professores não tem capacidade para dar aula (Estudante 46, do curso de Psicologia).

Nos relatos dos(as) estudantes percebeu-se que o apoio familiar e de pessoas na instituição, como colegas e professores(as) é importante para sua permanência e superação de desafios. Dos(as) respondentes da pesquisa, 25% dos(as) estudantes afirmaram que recebem orientação acadêmica da instituição para permanecer no curso. Tal aspecto, vai ao encontro da pesquisa que destaca que os(as) estudantes universitários de instituições públicas brasileiras se orgulham da conquista do ingresso e da permanência em uma instituição pública pelos seus méritos e obtêm reconhecimento por seus familiares, o que facilita a vivência acadêmica (Soares, Monteiro, Maia, & Santos, 2019).

Entretanto, alguns estudantes relatam encontrar algumas situações interpessoais que dificultam a permanência. Percebe-se um indicador do valor do afeto proporcionado pela criação de interações próximas com os colegas, com construção de coletivos, com “sentimento de pertencimento”, ressaltando que os espaços coletivos estão sendo negociados ao menos entre alguns grupos de estudantes, restando caracterizar esses grupos em estudos futuros para podermos verificar quais os elementos atratores dessas novas identificações.

Outro indicador enunciado em “professores não têm capacidade de dar aula” pode ser estudado com maior profundidade futuramente, considerando-se, que aponta a importância do apoio aos(às) estudantes, tanto na esfera relacional quanto na instrumental. Essa frase pode se referir a problemas pedagógicos, como, por exemplo, o uso de pedagogias autoritárias, centradas no(a) professor(a), com ensino distante das situações-problema a serem enfrentadas na vida profissional futura; más condições de ensino e acesso aos instrumentos e meios necessários à

aprendizagem em detrimento de métodos didáticos adequados para que ocorram os diálogos e negociações de significados e lógicas de raciocínio necessárias à aprendizagem e ao desenvolvimento de sentidos de pertencimento entre diferentes povos, com a produção conjunta de condições de socialização nos campi e nas salas de aula que promovam relações comunicativo-afetivas saudáveis entre professores(as) e estudantes, bem como entre estudantes. Considerando-se as características dos campi da região para os quais afluem indivíduos e coletivos de diferentes povos, é importante que os espaços comuns sejam construídos com orientação enfocada nas negociações interhistóricas (Segato, 2012).

Canal e Figueiredo (2021) destacam que diversos fatores têm sido relacionados à permanência ou à evasão de estudantes, dentre eles, engajamento acadêmico, participação em atividades extraclasse, rede de amigos, orientação recebida do corpo docente, satisfação com a carreira escolhida, desempenho nas disciplinas e situação socioeconômica. Silva, Barbato, Urnau, Zibetti e Pedroza (2018) defendem que, por meio da compreensão das condições objetivas de existência relacionadas as construções subjetivas sobre o processo de escolarização, é possível promover o protagonismo e favorecer que a universidade seja diversa e democrática, condições de socialização e desenvolvimento que se constroem no dia a dia dos campi orientadas a promover a permanência na universidade. Desse modo, escutar o que dizem os(as) estudantes e seus coletivos - suas vozes, suas demandas - pode favorecer a promoção da autonomia e da participação coletiva produzida nos diferentes contextos e ambientes acadêmicos.

Apesar dos desafios enfrentados, os(as) estudantes valorizam o ingresso, a permanência e a trajetória de escolarização na universidade, destacando pontos positivos que os motivam a continuar como novas oportunidades, aprendizagens e melhoria de suas condições de vida, dos familiares e de suas comunidades de origem por meio formação profissional com qualidade:

A UFAM abriu novas portas para mim. Através dos diversos projetos tive a oportunidade de explorar várias áreas do conhecimento. É uma experiência que é mais agregadora ainda quando se tem um foco, e maturidade para lidar com os desafios (Estudante 51, do curso de Psicologia).

Estudar é a minha única opção pra melhorar de vida (Estudante 17, do curso de Engenharia Ambiental).

Acredito que a Universidade Pública auxilia não somente os estudantes universitários como também a comunidade amazonense como um todo, mas que muitas vezes, pela falta seja de verbas ou seja de divulgação, grande parte da população não tem conhecimento desse impacto e de seus benefícios (Estudante 37, do curso de Direito).

Conclusões

O ensino superior constitui-se como um marco importante para o desenvolvimento humano, contudo, essa conquista exige vencer as adversidades relacionadas à permanência, caracterizadas como desafios a partir dos sentidos atribuídos pelos(as) estudantes.

O acesso e a permanência no ensino superior na Amazonia são constituídos pelas especificidades da região, formada por diversos grupos étnicos e comunidades tradicionais, como os povos originários das primeiras nações, as populações ribeirinhas e quilombolas, juntamente com a população urbana e os migrantes, além das características geográficas (clima, relevo, ecossistemas e hidrografia), culturais e econômicas.

Os esforços históricos para a conquista da educação como um direito, concretizados nas políticas públicas voltadas para o acesso e permanência no ensino superior, têm promovido oportunidades para o ingresso de estudantes de diferentes raças, etnias e classes sociais. Nesse contexto, a entrada na universidade é um marco importante, tanto para o desenvolvimento individual quanto para o coletivo, visto a necessidade premente da formação de profissionais qualificados e sensíveis às demandas locais, regionais e nacionais.

Esta pesquisa mista, elaborada com estudantes do campus da capital do Amazonas, demonstra que os desafios enfrentados pelos(as) estudantes à permanência, e finalização com sucesso de seus cursos, referem-se à renda insuficiente para manutenção dos estudos e da qualidade de vida; tempo prolongado gasto na locomoção em transporte público de má qualidade desde as localidades em que habitam, geralmente em bairros mais distantes do campus; qualidade das relações interpessoais em que destacam a importância das redes de apoio de amigos, familiares e professores(as) e as dificuldades decorrentes de preconceitos em relação ao gênero e orientação sexual; bem como, as dificuldades advindas de processos didáticos-pedagógicos e de processos de gestão institucional.

Tais resultados se relacionam aos sentidos atribuídos às suas trajetórias de escolarização e expressam uma orientação à melhoria, muitas vezes urgente, das condições de vida e de formação acadêmico-profissional. Ressaltam, ainda, a necessidade de acesso a bolsas e outros auxílios como moradia e transporte, além da formação de espaços comunitários de negociação, agenciamento e acolhimento, orientados ao desenvolvimento de sentidos de pertencimento ao território universitário.

A universidade é narrada, pelos(as) estudantes, como instância significativa no projeto de vida e de formação que pode possibilitar transformações pessoais (subjativas) e sociais (coletivas) para/no contexto Amazônico. As políticas de acesso à universidade são importantes, porém somente o acesso não reduz as desigualdades históricas que se concretizam durante o processo formativo, decorrentes da má distribuição de renda no país. Dessa maneira, para que se possa contribuir para a superação das condições adversas que geram vulnerabilidade, é necessário que políticas de permanência sejam estabelecidas em consonância com as especificidades de cada região e mantenham continuidade ao longo da permanência dos(as) estudantes vulneráveis na graduação, como política de planejamento estratégico do país, considerando a complexidade das trajetórias de escolarização dos(as) estudantes Amazônidas.

Assim, a concretização da educação no ensino superior, como um direito que promova o desenvolvimento humano, exige reconhecer, compreender e acompanhar as demandas de diferentes gerações de estudantes e as especificidades de cada região. A pesquisa, que se compromete com o pensar crítico e a prática revolucionária, promove o desvelamento dos condicionamentos e contribui para a formação de tomada de consciência, essencial à superação dos desafios vividos para a permanência.

Esta pesquisa, embora tenha como limitação a participação de poucos(as) estudantes, contribui destacando a relevância da continuidade da realização de estudos com o uso de métodos mistos que respondem com maior profundidade os problemas de pesquisa. Os resultados podem contribuir para a reflexão crítica e possíveis avanços das políticas públicas, programas, projetos e processos de criação de oportunidades de aprendizagem e de desenvolvimento por meio do acesso, permanência e conclusão da formação pessoal, acadêmica e profissional com qualidade humana, técnica e ética.

Referências bibliográficas

- Almeida-Filho, N. (2016). A universidade brasileira num contexto globalizado de mercantilização do ensino superior: colleges vs. vikings. *Revista Lusófona de Educação*, 32, 11-30. <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/rleducacao/article/view/5508>
- Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (2019). *V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES*. <http://www.andifes.org.br/v-pesquisa-nacional-de-perfil-socioeconomico-e-cultural-dos-as-graduandos-as-das-ifes-2018>
- Brasil. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm
- Calegare, M. G. A., Menezes, T. F., & Fernandes, F. O. P. (2017). Pós-graduandos indígenas da UFAM: seus pontos de vista sobre os PPGs, teorias acadêmicas e incentivos institucionais. *Revista AMAzônica*, 29 (1), 350-373. <https://periodicos.ufam.edu.br/index.php/amazonica/article/view/4664>
- Calegare, M. G. A., & Tamboril, M. I. B. (2017). Formação, atuação e produção do conhecimento em Psicologia Social na Amazônia brasileira: retalhos da nossa história. *Textos e Debates*, 1(31), 11-31.
- Canal, C. P. P.; Figueiredo, Z. C. C. (2021). Permanência na educação superior pública: experiência de política de acompanhamento do desempenho acadêmico de estudantes. *Revista Docência do Ensino Superior*, 11, 1-20.
- Coelho, M., & Sampaio, L. (2014). *Transexualidades – um olhar multidisciplinar*. EDUFBA. <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/16265>
- Corrêa, S. (1997) From reproductive health to sexual rights: Achievements and future challenges. *Reproductive Health Matters*, 5(10), 107-116.
- De Mello, F. M. & Alves, A.E.S. (2020). História e memória do ensino superior: caminhos de uma investigação. *Trabalho Necessário*, 18(35), 336-357. <https://doi.org/10.22409/tn.v18i35.40511>
- Duarte, N. (2007). *Educação escolar, teoria do cotidiano e a escola de Vigotski*. Autores Associados.
- Duarte, N. (2013). *A individualidade para si: contribuições a uma teoria histórico-cultural da formação do indivíduo*. Autores Associados.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2021). *Limites da Amazônia legal*. <https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/mapas-regionais/15819-amazonia-legal.html?=&t=sobre>
- Jesus, M. S. (2020). *Política de cotas e democratização do ensino superior: desdobramentos na Universidade Federal do Amazonas* (Dissertação de mestrado em Educação) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus. <https://www.tede.ufam.edu.br/handle/tede/8339>
- Kabengele, D. C. & Silva, E C S (2020). Desigualdade de raça e gênero no ensino superior: análise da equidade a partir do perfil do aluno. *Revista Humanidades e Inovação*, 8(58): 183-190. <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/issue/view/132>
- Kosik, K. (2002). *A dialética do Concreto*. Paz e Terra.
- Lira, T. de M., & Chaves, M. do P. S. R. (2016). Comunidades ribeirinhas na Amazônia: organização sociocultural e política. *Interações*, 17 (1), 66-76. <http://dx.doi.org/10.20435/1518-70122016107>

- Luz, I. M. (2013). *Compassos Letrados: artifices negros entre instrução e ofício no Recife (1840-1860)*. Ed. Universitária da UFPE. <https://editora.ufpe.br/books/catalog/view/469/458/1378>
- Marx, K. (1996). *O capital: crítica da economia política*. Nova Cultural.
- Matta, C. M. B., Lebrão, S. M. G., & Heleno, M. G. V. (2017). Adaptação, rendimento, evasão e vivências acadêmicas no ensino superior: revisão da literatura. *Psicologia Escolar e Educacional*, 21(3), 583-591. <https://doi.org/10.1590/2175-353920170213111118>.
0.18227/2317-1448ted.v1i31.4254
- Mészáros, I. (2008). *A educação para além do capital*. Boitempo.
- Neves, A. F. J. F., Jesus, J. A., & Silva, D. N. (2019). Avaliação do trânsito no trajeto para a UFAM por alunos, professores e servidores. *Amazon Live Journal*, 1(1), 1-14. <http://amazonlivejournal.com/wpcontent/uploads/2019/02/AVALIAC%CC%A7A%CC%83O-DO-TRA%CC%82NSITO-NO-TRAJETO-PARA-A-UFAM-POR-ALUNOS-PROFESSORES-E-SERVIDORES.pdf>
- Oliveira, E. de S. L. de (2019). *Acesso e permanência de estudantes cotistas na universidade de Brasília: estratégias para democratização da educação superior*. (Dissertação de mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade de Brasília.
- Pereira, D. D. (2020). Contextos históricos dos desafios do ensino superior na Região Amazônica. *Revista do Instituto de Ciências Humanas*, 16(24), 46-70. <http://periodicos.pucminas.br/index.php/revistaich/issue/view/1147>
- Pulino, L. H. C. Z. (2016). Ambiente Escolar e Diversidade Cultural. In: L. H. C. Z., Pulino, S.L. Soares, L., C.B. Costa, C. Longo, & F.L. Souza. (Org.). *Educação e Diversidade Cultural*. (pp. 29-77). Paralelo 15.
- Resende, G. C. (2020). Prefácio. In: L.L. Nunes et al. (Org.). *Psicologia na Amazônia: formação, vivências e práticas*. Temática Editora.
- Resende, G. C., Silva, I. R., & Calegare, M. G. A. (2019). O Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Amazonas: proposta e perspectivas para a região Amazônica. *Estudos de Psicologia*, 24(2), 125-135. <https://dx.doi.org/10.22491/1678-4669.20190015>
- Sánchez Vázquez, A. (2011). Unidade da teoria e da prática. *Filosofia da práxis*. (pp. 241-266). Clacso.
- Santana, A. C., & Oliveira, M.C. S. L. (2016). Desenvolvimento Humano: aproximações a uma perspectiva semiótica e dialógica. In: M. C. S. L. Oliveira, J. F. Chagas-Ferreira, G. S. M. Mieto, & R. Beraldo. *Psicologia dos processos de desenvolvimento humano: cultura e educação*. (pp.13-32). Editora Alínea.
- Segato, R.L. (2012). Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leituras e de um vocabulário estratégico descolonial. *E-cadernos CES online*, 18, 1-27. <http://journals.openedition.org/eces/1533>. <https://doi.org/10.4000/eces.1533>
- Silva, I. R., Barbato, S. B., Urnau, L. C., Zibetti, M. L. T., & Pedroza, R. L. S. (2018). *Os significados das trajetórias de escolarização de jovens estudantes Amazônidas*. Projeto de Pesquisa financiado pelo Programa Nacional de Cooperação Acadêmica na Amazônia, Edital nº 21/2018. BRASIL/CAPES.

- Soares, A. B., Monteiro, M. C., Maia, F. A., & Santos, Z. A. (2019). Comportamentos sociais acadêmicos de universitários de instituições públicas e privadas: o impacto nas vivências no ensino superior. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 14(1), 1-16. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-89082019000100011&lng=pt&tlng=pt
- Toassa, G. (2006). Conceito de consciência em Vigotski. *Psicologia USP*, 17(2), 59-83. <https://doi.org/10.1590/S0103-65642006000200004>
- Vygotski, L. S. (2001). *Obras Escogidas – II*. Madrid: A. Machado Libros.
- Vygotski, L. S. (2012). *Obras Escogidas - IV*. Madri: Machado Libros.

CHALLENGES FOR PERMANENCE IN HIGHER EDUCATION IN THE AMAZON AND THE MEANINGS OF STUDENT PATHWAYS

Abstract

This work aimed to identify the challenges faced by Amazonian students to stay at the university. The survey was carried out via an online form, 60 students from different undergraduate courses at the Federal University of Amazonas (UFAM) participated in the survey. The analysis was carried out using central tendency statistics for descriptive data and the answers from open questions about permanence at the university were categorized. The results showed the challenges to be overcome, such as income, transport, housing and the lack of support from professors and the institution in everyday university life. It is concluded that it is necessary to strengthen policies and programs of permanence in the university, for the democratic formation with human, technical and ethical quality.

Keywords: Permanence at the University; University education; Educational Policies, Amazon.

Agradecimentos/financiamento: “O presente trabalho foi realizado com apoio do Programa Nacional de Cooperação Acadêmica na Amazônia – PROCAD/Amazônia da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES/Brasil”.